



APÓS DESOCUPAÇÃO, grupo de manifestantes sentou na porta da Assembleia e leu uma carta prometendo realizar novas ocupações para pressionar o Legislativo a votar o fim do pedágio

MANIFESTAÇÕES

Grupo desocupa a Assembleia

Depois de 12 dias, manifestantes saíram da Casa, mas prometem fazer novas ocupações para reivindicar a extinção do pedágio

Daniel Figueredo
Keyla Cezini

Os 70 manifestantes que ocupavam a Assembleia Legislativa há 12 dias deixaram o refeitório da Casa no início da tarde de ontem.

Na saída, eles leram uma carta prometendo realizar novas ocupações e pressionar os deputados para que votem o decreto legislativo que suspende a cobrança do pedágio na Terceira Ponte.

Alguns manifestantes decidiram

continuar acampados em frente à Assembleia. Amanhã, eles prometem se concentrar com outros manifestantes em frente à Casa para acompanhar a votação do decreto.

Um dos manifestantes, o estudante André Carvalho, afirmou que espera que as pessoas venham às ruas para pressionar o Legislativo. "A liminar que reduziu o pedágio é temporária. A Assembleia tem que tomar uma decisão política sobre o tema", afirmou.

De acordo com ele, o movimento irá decidir novas manifestações após a votação do decreto.

A audiência de conciliação que permitiu o fim da ocupação durou 14 horas. Doze dos 17 pontos seriam atendidos pela Assembleia Legislativa ou levados para debater com os demais deputados.

Além disso, a Mesa Diretora da Casa se comprometeu a não processar criminalmente nenhum dos

ocupantes pelas ações.

A audiência de conciliação foi conduzida pelo juiz Marcelo Loureiro, desde as 16h30 de sexta-feira, e realizada entre uma comissão com 15 membros do movimento e os deputados estaduais Roberto Carlos e Solange Lube, da Mesa Diretora da Assembleia.

A audiência durou até as 6 horas de ontem, quando ficou decidido que os manifestantes deixariam a Assembleia sem a necessidade de utilização da força policial.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, afirmou que o fim da ocupação sem a utilização da polícia "foi uma vitória".

Segundo Edgard Reboças, membro da Comissão de Direitos Humanos, a reunião teve momentos de tensão, com manifestantes deixando a sala de negociação várias vezes. "A postura do juiz foi louvável."

CENAS DA DESOCUPAÇÃO



O JUIZ Marcelo Loureiro chega por volta do meio-dia para acompanhar o cumprimento do acordo com os manifestantes para desocupar o prédio.

MANIFESTANTES levam colchonetes, comida e violão para fora do prédio, após 12 dias de ocupação. Eles foram aplaudidos por familiares e amigos que esperavam na saída.



OS PEDIDOS

Corte de ponto de 15 deputados estaduais

- > **VOTAÇÃO** imediata amanhã do projeto de decreto legislativo sobre a suspensão do contrato de concessão da Terceira Ponte à Rodosol.
- > **CORTE** dos dias não trabalhados dos 15 deputados estaduais.
- > **GARANTIA** de um espaço de acompanhamento popular do Legislativo.
- > **RETIRADA** das redomas de vidro do plenário da Casa legislativa.
- > **AUTORIZAÇÃO** de trajes despojados aos visitantes no interior da Casa.
- > **RETOMADA** da discussão sobre a po-

luição causada pelas indústrias ao redor da capital, a CPI do Pó Preto e abertura também da CPI do Transcol.

- > **GARANTIA** da participação de um membro do movimento "Ocupa Ales" no acompanhamento da auditoria no pedágio da Terceira Ponte.
- > **REALIZAÇÃO** de reunião entre o movimento e o governador do Estado.
- > **ALTERAÇÃO** do artigo que versa sobre plebiscito e ação popular, requerendo implementação do sistema de petição on-line.

> **DESTINAÇÃO** de espaço para fixação de obra de arte que registre a ocupação da Assembleia.

- > **AUDIÊNCIA** com os membros do acampamento Tião Mauro e a Mesa Diretora da Casa, acompanhada de demais instituições estatais.
- > **AUDIÊNCIA** entre os três poderes com as centrais sindicais e demais movimentos sindicais/sociais, a respeito das parcerias público-privadas.

Fonte: Tribunal de Justiça



SIMONE RAQUEL Batista, que estava na Assembleia desde as 6h, abraçou o filho Kauê Scarin, um dos manifestantes que estavam no local.

Cidades**MANIFESTAÇÕES**

Objetos destruídos e paredes pichadas

Após a saída dos 70 manifestantes que ocupavam a Assembleia Legislativa há 12 dias, foi possível encontrar muitos objetos destruídos no saguão antigo e em várias dependências da Casa, como na sala e no salão de eventos, cozinha e restaurante, que ficam no 2º andar.

Móveis, computadores, TVs e telefones foram quebrados, paredes pichadas, vidros estilhaçados, restos de comida, garrafas de bebidas, guimbas de cigarro e até maconha foram encontrados no local. Algumas cadeiras foram parar no teto e a estátua de Domingos Martins recebeu um bigode branco.

O prejuízo deixado por alguns dos 70 manifestantes ainda não foi calculado. Uma equipe fará a avaliação das despesas na próxima semana, segundo informou a assessoria de comunicação da Assembleia Legislativa.

Muitos dos manifestantes ainda deixaram roupas, mochilas e até mesmo objetos de higiene pessoal no saguão. Eles pretendem retornar amanhã à Casa para acompanhar a votação do decreto legislativo que suspende a cobrança do pedágio na Terceira Ponte.

A estudante de Serviço Social da

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Naiara Abdalla, que deixou a Assembleia Legislativa na última quinta-feira, disse que até o momento em que ficou alojada na Casa juntamente com os demais manifestantes aconteceram apenas algumas intervenções.

“Enquanto estive na Assembleia, alguns estudantes fizeram desenhos e escreveram algumas frases nas paredes, como ‘Fora, Rodosol’, por exemplo. Não tenho ideia de quem possa ter feito os estragos que foram encontrados”, comentou Naiara.

Por meio de nota, a Mesa Diretora informou que, na esperança de que prevalecesse a razão e o bom senso, a Assembleia Legislativa optou pela não utilização da força para promoção do direito legítimo de reintegração de posse.

De acordo com a Mesa Diretora, o diálogo era o único instrumento eficaz à garantia de retorno da ordem e normalidade no Legislativo estadual.

Eles disseram que as propostas apresentadas pelos manifestantes como condicionantes à desocupação serão encaminhadas e apreciadas à luz do Regimento Interno do Poder Legislativo.



AS PAREDES do restaurante da Assembleia Legislativa foram pichadas e havia até cadeiras penduradas no teto



ESTÁTUA ganhou bigode branco



VIDRO da sala de eventos anexa ao restaurante ficou estilhaçado

FOTOS: RODRIGO GAVINI/AT

Cidades

Motoristas comemoram pedágio de 80 centavos

Usuários da Terceira Ponte aprovaram o novo valor do pedágio, de R\$ 0,80, cobrado desde a meia-noite de ontem.

O valor teve uma redução de R\$ 1,10 em relação ao valor anterior (R\$ 1,90). A nova tarifa, agradou motoristas que passam todos os dias pela via.

O serralheiro Antônio Carlos Fernandes, 54, elogiou a medida de redução da taxa.

“A redução tem um custo e eles prestam serviços, como o de guincho e socorro mecânico. O valor é justo, ainda mais por conta dos serviços”, afirmou.

Já o empresário Maurício Costa, 53, elogiou a medida, mas acredita que é necessário discutir a validade do pedágio dentro da cidade e que é contrário a esse tipo de decisão.

A redução do valor da tarifa foi anunciada na última sexta-feira pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana do Espírito Santo (Arsi), em cumprimento à decisão liminar dada pela juíza da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória, Heloisa Cariello, na última terça-feira.

A decisão acatou pedidos do Ministério Público Estadual a respeito do pedágio, em Ação Civil Pública que tramita no judiciário desde 1998.

A decisão vai vigorar até meados de outubro, quando está previsto o fim da auditoria solicitada pelo governo do Estado ao Tribunal de Contas do Estado (TC-ES).

Caso a auditoria seja prorrogada, a liminar prevê que o valor reduzido seja mantido até a finalização da auditoria.

De acordo com o Tribunal, a auditoria deve começar após o dia 22 deste mês, quando o órgão receber os documentos solicitados ao governo do Estado, Assembleia Legislativa e Poder Judiciário.

REEMBOLSO

A Rodosol também afixou cartazes alertando os usuários para que guardem os tíquetes quando passarem pela via.

De acordo com a decisão liminar, ao final da auditoria do TC-ES, caso seja averiguado que o valor é menor que os R\$ 0,80 fixados pela Arsi, os usuários poderão pedir a diferença por meio de ação judicial.

FOTOS: LEONE IGLESIAS/AT



COBRANÇA NA TERCEIRA PONTE: motoristas poderão ser reembolsados

FALA, LEITOR!

FOTOS: LEONE IGLESIAS/AT



RONALD MACHADO BASTOS, 51, rep. comercial

“O contrato deve ser mantido. Gostaria de ver a auditoria. A redução é boa, mas tudo deve ser feito dentro da legalidade”



HUGO PENIDO, 33, advogado

“Acho que a redução é válida. É uma esperança de que as manifestações dão resultado. Se forem às ruas, o pedágio pode acabar”



GLEDSON DE SOUZA, 31, subgerente comercial

“O dinheiro fica só no bolso do empresário. A redução é um primeiro passo, mas temos que ver o que nosso governo fará”



SILAS DE SOUZA, 23, taxista

“Não tem como acabar com a tarifa. A redução é ótima. É melhor que deixar com o governo, como a Segunda Ponte”



ANTONIO MOREIRA - 10/07/2013

MANIFESTANTES ocupam as galerias da Assembleia durante a última votação: previsão de sessão normal amanhã

MANIFESTAÇÕES

Votação do fim do pedágio será amanhã

Após desocupação, deputados garantem que não há motivos para suspender a sessão e que vão votar amanhã o decreto

Keyla Cezini

A votação do decreto legislativo que propõe o fim do pedágio da Terceira Ponte vai acontecer amanhã. É o que garantem os deputados estaduais.

Para eles, com a desocupação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) pelos manifestantes na tarde de ontem, não há motivos para não haja a sessão.

“A expectativa é grande para ir ao plenário votar essa matéria. E não só ela, mas o que mais estiver em pauta”, afirmou o deputado Dary Pagung (PRP).

Eles também acreditam que haverá quórum para a votação, uma vez que o grupo de 15 deputados, que estava se recusando a com-

recer às sessões, afirmou que voltaria à Casa assim que a desocupação dos manifestantes acontecesse.

“O nosso movimento foi para a Assembleia restaurar a sua normalidade, e, como os manifestantes saíram, acredito que a quantidade presente de deputados será suficiente para realizar a votação”, disse o deputado e líder do governo, Sérgio Borges (PMDB).

Para que a votação aconteça, é preciso que pelo menos 16 deputados estejam presentes. Em caso de empate, o voto de minerva será do presidente da Casa, Theodorico Ferraço (DEM). O relator da matéria, Gildevan Fernandes (PV), também acredita que haverá quórum.

“Estou trabalhando com a hipótese de que teremos um dia nor-

“Estou trabalhando com a hipótese de que teremos um dia normal e vamos votar essa matéria”

Deputado Gildevan Fernandes (PV)

mal e vamos votar essa matéria”, garantiu o parlamentar.

Gildevan afirmou ainda que, mesmo que não haja quórum, vai se posicionar sobre o decreto.

“Vou apresentar meu parecer mesmo que não haja quórum. Ele está praticamente pronto, mas não estou querendo antecipar. Prefiro apresentá-lo só durante a sessão”, finalizou.

RODRIGO GAVINI - 02/07/2013



GILDEVAN: expectativa para votação

COMO VAI SER A VOTAÇÃO

16 deputados precisam estar presentes

Quórum

- > PARA iniciar a votação é necessário, pelo menos, 16 deputados presentes.
- > O VOTO é aberto.
- > PARA QUE o decreto seja aprovado é preciso que haja maioria simples, ou seja, a metade dos presentes e mais um.
- > EM CASO de empate, o presidente a

Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM), vota para desempatar.

> O RELATOR da Comissão de Justiça, Gildevan Fernandes (PV), tem até amanhã para apresentar seu parecer.

> CASO ele faça isso, o texto segue para análise das demais comissões.

> APÓS, a votação vai para o plenário.

> SE Gildevan não for à sessão, um novo relator será escolhido na hora, já que a maioria da Comissão de Justiça está comparecendo às sessões.

> O NOVO relator precisará apresentar seu parecer no mesmo dia.

> MESMO sendo possível passar pelas comissões, se não houver 16 deputados presentes, o decreto não é votado.